Nº 77 MAIO/2009

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

1º de Maio Luta todo dia

EDITORIAL

As cúpulas não vão solucionar o problema. Nem a reunião do G20, nem a Cúpula das Américas, nem qualquer outro conclave internacional resolverá algo que depende, em última análise, de um novo equilíbrio de forças entre as classes sociais e entre os Estados.

Na ausência de um poder incontestável e de dinâmicas equilibradas, na presença de ambições multipolares e desequilíbrios múltiplos, o que se pode prever é que virá um longo período de instabilidade econômica, social, política, militar e ideológica.

O que surgirá além do horizonte, dependerá da queda de braço que está em curso aqui e agora. Por isto, neste Primeiro de Maio, façamos convergir a luta contra o neoliberalismo, as reformas democrático-populares e o socialismo.

E lembremos: há uma única demissão aceitável, a do atual presidente do Banco Central.

NESTA EDIÇÃO

pagina13_maio2009.indd 1 26/4/2009 22:58:28

Marcon é federal

Com Marcon, podemos reconquistar nossa representação na Câmara dos Deputados

Adriano Oliveira e Marcel Frison***

Ampliar nossas bancadas é uma prioridade política e todos os estados devem debater uma tática coerente com isto. No caso do Rio Grande do Sul, trata-se de reconquistar nossa representação na Câmara dos Deputados, tragicamente perdida com o falecimento do nosso companheiro Adão Pretto. Acreditamos que o companheiro Marcon reúne as condições políticas e eleitorais para atingirmos esta meta.

Marcon é pequeno agricultor assentado, natural do município de Rondinha. Em 1987, Marcon integrou a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ronda Alta, onde coordenou a Pastoral da Juventude da Paróquia daquele Município. Em 1988 e 1989 estava na coordenação da pastoral da Juventude da Diocese de Passo Fundo, ingressando em seguida no Movimento Sem Terra. Permaneceu acampado por quatro anos e meio, tendo sido assentado em 1994 no município de Nova Santa Rita, onde reside com sua família. No assentamento, Marcon integra a Cooperativa de Produção Nova Santa Rita - Coopan. No MST, Marcon fez parte da direção estadual e recebeu a tarefa de presidir a Cooperativa Central dos Assentados do Rio Grande do Sul - COCEARGS - de fevereiro/96 e março/98, período no qual teve importante atuação nas mobilizações e negociações realizadas em conjunto com os que hoje lutam no campo e na cidade. Eleito deputado estadual pela primeira vez com 33.982 votos, uma de suas primeiras iniciativas na Assembléia foi protocolar o projeto de lei instituindo o Seguro Agrícola no Estado, o mesmo projeto que serviu de modelo para o governo Olívio Dutra implementar. Nas eleições gerais de 2002, foi reeleito com 44.633 votos, um dos parlamentares mais bem votados no Parlamento. Em 2006, o mandato popular de Marcon foi reeleito com 53.154 votos.

Como deputado estadual em terceiro mandato, Marcon conquistou paulatinamente respeito e apoio em amplos setores da classe trabalhadora no campo e na cidade, ao mesmo tempo que qualificou sua relação com o partido e a tendência, seja quando fomos tensionados por setores dos próprios movimentos que desacreditaram a construção partidária, seja quando fomos tensionados pelos que desacreditaram a importância de combinar luta social com luta institucional.

A candidatura e a eleição do companheiro Marcon são estratégicas para a luta social no país e no estado, para o fortalecimento do PT e da AE e compõe, em conjunto com as candidaturas do companheiro Vanazzi ao Governo do Estado e do companheiro Marcel Frison para a presidência do PT, o elo fundamental de compromisso de unidade tão necessária à nossa tendência para enfrentar os desafios que terá pela frente nos próximos anos.★

***Adriano de Oliveira é membro** da Executiva Estadual do PT-RS ****Marcel Frison** é membro do Diretório Nacional do PT

HOMENAGEM

Oswaldo Terra da Silva, presente!

Página 13 presta sua homenagem aos familiares, amigos/as e companheiros/as de militância de Oswaldo Terra da Silva, que morreu no último dia 8 de abril, vítima de câncer. Professor e ex-secretário de Educação de São Bernardo, Oswaldo Terra nasceu em Arceburgo (MG), em 1943. Diplomou-se em Educação Física pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, em 1971, atuando ativamente na área. Em 2008, recebeu o título de cidadão de São Bernardo, honraria entregue pelo Vereador Wagner Lino, de quem foi assessor parlamentar legislatura 2005-2008. Descobriu a doença na metade do mandato e não se entregou em nenhum instante. Coordenou o Plano de Governo do PT vitorioso nas últimas eleições. Foi um militante incansável na defesa e na organização dos militantes da área, inclusive de que a Secretaria de Esporte na Administração do PT teria que ser dirigida por um petista da área.

Juliana Rocha, do Diretório Municipal de São Bernardo

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores.

Direção Nacional da AE: Adriano Oliveira (RS), Altemir Viana (AM), Angélica Fernandes (SP), Bruno Elias (TO), Beto Aguiar (RS), José Correia Neto(SE), Célio Antonio (SC), Expedito Solaney (PE), Fernando Nascimento (PE), Geraldo Cândido (RJ), Iole Iliada (SP), Ivan Alex (BA),Iriny Lopes (ES),Isaias Dias (SP), Jairo Rocha (MT), Janete da Costa Godinho (SC), Jonas Valente (DF), Larissa Sousa Campos (MG), Laudicéia Schuaba Andrade (ES), Lício Lobo (SP), Mário Cândido de Oliveira (PR), Marcel Frison (RS), Marcelino Gallo (BA), Marcelo Mascarenha (PI), Múcio Magalhães (PE), Pere Petit (PA), Rafael Pops (GO), Rafael Pinto (SP), Rosana Ramos (DF), Rosana Tenroller (RS), Rodrigo César (RJ), Rubens Alves (MS), Saulo Campos (MG), Thalita Coelho (PA), Valter Pomar (SP)

Edição: Valter Pomar **Diagramação**: Cláudio Gonzalez (Mtb 28961) **Secretaria Gráfica**: Edma Valquer **Assinaturas:** Sirlei Augusta Chaves e-mail: chaves.sirlei@gmail.com **Endereço para correspondência:** R. Silveira Martins,147 conj. 11- São Paulo/SP CEP 01019-000

pagina13_maio2009.indd 2 26/4/2009 22:58:49

Começar pelo alicerce

A candidatura Vanazzi está a serviço do combate ao projeto Britto/Rigotto/Yeda, da construção de um projeto alternativo para o estado, de renovarmos a relação do PT com a sociedade, de mobilizarmos a militância partidária, tendo-a como protagonista.

Calendário do PT Gaúcho

Abril e maio - Plenárias Regionais do PT

06/06 - Conferência Eleitoral do PT/RS em Porto Alegre

20 e/ou 21/06 ou 27 e/ou 28/06 – Encontros Municipais

18 e 19/07 (sábado e Domingo) – Encontro Extraordinário Estadual

*Maurício Piccin**

Para recuperar o Rio Grande do Sul da situação caótica criada pelo projeto Britto/Rigotto/Yeda, será necessário que o PT recupere a capacidade de representar uma alternativa real para o povo gaúcho.

A construção desta alternativa exige intensificar ao máximo a oposição ao governos estadual e da capital, a disputa ideológica e o processo de desconstituição de nossos adversários. Exige produzir um projeto alternativo de desenvolvimento, que dialogue com os pequenos agricultores e sem terra, com os movimentos urbanos, com os setores médios, pequenos proprietários, comerciantes e com o funcionalismo público. Exige construir alianças estratégicas com os movimentos sociais e com os partidos do campo popular e trabalhista.

Ou seja: para ganharmos as eleições em 2010, será necessário começarmos a construir a casa pelo alicerce e não pelo telhado.

Com a desistência do companheiro Olívio Dutra a concorrer ao governo gaúcho em 2010, consolidou-se a necessidade de abrirmos um novo ciclo no PT gaúcho. Este novo ciclo não prescinde de nossas lideranças históricas, tampouco significa um recuo programático naquilo que transformou o PT na principal referência da classe trabalhadora.

Trata-se da necessidade do partido não ficar dependente de poucas figuras públicas, oxigenando sua relação com a sociedade a partir de novos interlocutores.

A candidatura Vanazzi está a serviço do combate ao projeto Britto/Rigotto/Yeda, da construção de um projeto alternativo para o estado, de renovarmos a relação do PT com a sociedade, de mobilizarmos a militância partidária, tendo-a como protagonista.

Cabe a militância do PT se jogar no debate que culminará no grande Encontro Estadual Extraordinário "Adão Pretto" no final de julho, definindo o candidato que melhor representa os desafios e tarefas do PT gaúcho para a disputa que se aproxima, porque 2010 é pra valer e Vanazzi é pra vencer! ★

***Mauricio Piccin** é secretário Estadual de Juventude do PT/RS

Trajetória consolidada

Vanazzi nasceu filho de pequenos agricultores, participou da construção do MST e da organização dos trabalhadores rurais. Veio para São Leopoldo estudar e trabalhar. Engajou-se nos movimentos populares urbanos, em especial, no Movimento de Luta pela Moradia, onde contribuiu na elaboração dos paradigmas que nortearam a luta pela reforma urbana no país e que orientaram o Governo Lula na criação do Ministério das Cidades, da instituição do Estatuto e da Conferência Nacional das Cidades, da sua ousada política habitacional, que inclui fortes investimentos em urbanização, mobilidade urbana e saneamento.

Em 1999, no Governo Olívio, assumiu a Secretaria Estadual da Habitação, sendo o primeiro da história do Rio Grande. Implementou uma política que se destacou pelo apoio às cooperativas habitacionais, uma relação democrática com os movimentos sociais, a viabilização e revitalização dos parcos e frágeis programas habitacionais da era FHC, e o atendimento a segmentos sociais que sempre foram esquecidos, como a construção de residências para pequenos agricultores, inclusive, para a população indígena.

Em 1998 elegeu-se como terceiro suplente para a Câmara Federal, tomando posse em 2001. Em 2002, reelegeu-se deputado federal, dedicou-se a regulamentar e efetivar o Fundo Nacional de Habitação, um projeto de iniciativa popular de 1988 que tinha caído no esquecimento mas que hoje é o intsrumento que viabiliza praticamente todas as iniciativas nesta área.

Em 2004 elegeu-se Prefeito de São Leopoldo com 50,4% dos votos. Seu primeiro mandato representou uma mudança radical na cidade, através de projetos e programas que transformaram a face do município.

O Governo Vanazzi acabou por se tornar um diferencial importante numa região onde o populismo de direita imperou nas últimas décadas e o impacto da hegemonia neoliberal trouxe conseqüências desastrosas. O Governo Vanazzi teve uma influência decisiva no pleito de 2008, contribuindo para o fenômeno de vitórias do PT por todo o Vale.

Vanazzi também protagonizou o Consórcio da Bacia do Rio do Sinos, que busca soluções ambientais para a recuperação do Rio do Sinos. E teve atuação destacada como liderança estadual e nacional nos movimentos institucionais de prefeitos, como liderança reconhecida da Frente Nacional de Prefeitos, na FAMURS e na AGU.

Portanto, além deum prefeito com excelente performance administrativa, uma liderança política estadual e nacional consolidada e em franca ascensão. Um companheiro que, ao disputar a sua reeleição como Prefeito de São Leopoldo, compôs uma aliança com 9 partidos (PT, PSB, PDT, PCdoB, PV, PRB, PR, PSC e PP) e atingiu 77,4 % dos votos na cidade. Uma votação histórica para São Leopoldo e proporcionalmente, uma das maiores do país. ★

pagina13_maio2009.indd 3 26/4/2009 22:58:51

Eldorado dos Carajás: 13 anos de impunidade e indignação

A luta pela terra continua mais viva do que nunca. Sabemos que as tentativas de criminalizar os movimentos sociais, como o MST, representam um capítulo à parte da luta de classes em nosso país.

*Fábio Pessôa**

Quem consegue esquecer? No dia 17 de abril de 1996, 19 trabalhadores rurais sem-terra ligados ao MST foram assassinados pela Polícia Militar do Pará, depois que o então governador Almir Gabriel (PSDB) mandou desobstruir a "Curva do S", localizada na rodovia PA 150. Os sem-terra haviam fechado aquele ponto da rodovia em protesto contra a demora nos processos de desapropriação de áreas para a criação de assentamentos da Reforma Agrária na região. Mas no Pará de Almir, "questão social era caso de polícia". Policias vindos de Marabá e outro municípios do sudeste do Pará, fortemente armados e sem identificação, dispararam suas metralhadoras de ódio aos sem-terra, manchando mais uma vez a nossa história com o sangue desarmado da pobreza.

Existem, até hoje, duas explicações para as mortes, versões que se chocam nos tribunais da impunidade e no imaginário social. A versão oficial justifica as mortes como resultado de um "confronto" provocado pela intransigência dos sem-terra, supostamente incapazes de diálogo político. A outra versão, bem mais racional, aponta para um massacre contra os sem-terra, uma violência praticada há tempos contra os trabalhadores rurais, mas que nesse caso ganhou importância internacional após a divulgação das imagens pela TV. Os laudos apresentados pelo promotor Marco Aurélio do Nascimento não deixam dúvidas: "execução sumária com tiros na nuca e mutilação de corpos".

Passados treze anos do massacre a impunidade e indiferença do Estado diante da questão persistem. A justiça, que ordena a prisão de lideranças sem-terra como "formadores de bando ou quadrilha", ainda não conseguiu punir os responsáveis pelo massacre. A cada ano, a bancada ruralista tenta aprovar na Câmara Federal projetos de lei que pretendem tipificar ocupação de terra como "crime hediondo". Para nós, que consideramos Reforma Agrária como questão social e não como caso de polícia, hediondo é a fome, o latifúndio e a violência por ele provocada. Hediondo é o trabalho escravo generalizado em nosso Estado. Hediondo é a conivência de autoridades policiais e do sistema judiciário com os assassinatos de trabalhadores rurais no Pará e no Brasil.

Manifestação do MST em Brasília

Em nosso Estado, a violência contra trabalhadores rurais e lideranças de movimento de defesa dos direitos humanos não pára. Quem não lembra da missionária Dorothy Stang, assassinada covardemente em Anapú, cidade onde a lei é imposta pela força econômica de madeireiros? Mas se é verdade que o latifúndio se fortalece com a conivência do Estado e de boa parte da imprensa, também é verdade que a luta por um Brasil sem latifúndio, mais humano e justo persiste. Lutando em ocupações, nas escolas, igrejas, ruas e parlamentos, os sem-terra e seus apoiadores continuam indo ao encontro da sua dignidade, apesar da resistência cada vez mais armada e organizada do latifúndio.

Na tentativa de acelerar o andamento de projetos de Reforma Agrária, uma luta secular do nosso povo, o MST organiza o Abril Vermelho, ocupando fazendas, prédios e ruas, de modo a não deixar que a impunidade prevaleça diante daqueles que perderam suas vidas em defesa da esperança de uma terra para produzir. Ao ocupar a fazenda Espírito Santo, uma das dezenas de propriedades que o banqueiro Daniel Dantas possui no Pará, em fevereiro, o MST despertou o ódio de classe que alimenta o latifúndio assassino em nosso estado. No dia 19 de abril, mês do Massacre de Eldorado, a TV Liberal, afiliada à rede globo no Pará, mostrou uma cena em que seguranças particulares, fortemente armados, repelem à bala a tentativa de ocupação da sede da fazenda. O resultado de oito feridos contabiliza ainda mais os dados estatísticos sobre a luta desigual entre sem-terras e o latifúndio. Este, armado e perigosamente protegido pela imprensa e justiça. Aqueles, cada vez mais indignados com a morosidade do estado e a impunidade.

Para nós, o dia 17 de abril marca não só a indignação provocada pelas mortes. Marca também a certeza de que a luta pela terra continua mais viva do que nunca. Sabemos que as tentativas de criminalizar os movimentos sociais, especialmente o MST, representam um capítulo à parte da luta de classes em nosso país. Estamos convencidos que as vitórias eleitorais de candidaturas de esquerda não significam a tomada do poder. Por isso, devemos estar atentos, inconformados e presentes nas lutas por justiça e igualdade. É a luta das novas e velhas gerações de trabalhadores rurais contra o latifúndio. É a luta da memória contra o esquecimento.(Artigo readaptado do texto original publicado no site http://www.pagina13.com.br/, em decorrência dos dez anos do massacre em Eldorado do Carajás, em abril de 2006.) ★

* **Fábio Pessôa** é historiador, professor da rede pública estadual e federal de ensino, membro da Direção Estadual da AE-Pará e militante do PT.

pagina13_maio2009.indd 4 26/4/2009 22:58:52

De volta, a filha do faraó

*Bruno Rogens**

José Sarney dispensa apresentações: representa uma espécie de faraó vivendo em terras tupiniquins em pleno no ano de 2009. Está há 55 anos no poder. De lá para cá nunca foi oposição uma vez na vida. É tão flexível quanto malevolente, quanto se trata de permanecer nos arredores dos poderes da República. Pretende se auto-instituir como um semi-deus da política republicana nacional, através de auto-coroamento que quer comunicar que ele é o mais coronel dos coronéis que a política das capitanias hereditárias produziu. Para isso tomou o mais importante prédio público do Maranhão como seu.

O Convento das Mercês foi inaugurado em 31 de janeiro de 1660 com um sermão do maior orador que a língua portuguesa já produziu: Padre Antônio Vieira. Hoje, através de um golpe jurídico, o patrimônio histórico e arquitetônico do convento pertence á uma fundação comandada por José Sarney.

Para nascer, há um hospital com o nome da esposa, Marly Sarney. Para registrar há o fórum com o nome do pai, Sarney Costa. Para estudar, há a escola com o nome da bisneta de seis anos, Rafaela Sarney. Para aprovar as contas do falido estado do maranhão, há o Tribunal de Contas com o nome da filha, Roseana Sarney.

De aberração em aberração, Sarney vem produzindo um estado pobre, enquanto que a Família se tornou uma das mais ricas do país.

A derrota eleitoral nas eleições estaduais de 2006 foi um duro golpe na família Sarney. Uma ampla frente formada por vários partidos (PDT, PSB, PT, PC do B e PSDB) e três candidaturas, frente apoiada pelos estudantes e juventude nas ruas, levou as eleições ao segundo turno e a vitória ao candidato Jackson Lago do PDT.

A oligarquia sofreu uma derrota eleitoral acachapante puxado, sobretudo pelos votos das grandes cidades do Estado, São Luís e Imperatriz. Nesta última a votação de Lago alcançou quase 80% dos votos válidos.

O PT maranhense havia decidido apoiar o candidato Edson Vidigal do PSB e indicar Terezinha Fernandes como vice. Com a vitória de Lago, o PT decidiu de forma unânime e integral disputar e compor o governo Lago. Infelizmente, contudo, os imponderáveis políticos que levaram a aproximação Sarney-Lula no plano nacional teriam um papel fundamental para revelar as reais intenções de setores do PT maranhense.

Os grupos “Construindo um Novo Brasil do Maranhão” e o coletivo “Nossa Luta Vale a Pena”, este último em torno do mandato da deputada estadual Helena Heluy, demonstraram que havia outros interesses dentro do PT.

Ainda em 2002, o então presidente do Diretório do PT-MA e dirigente da “Articulação MA”, Washington Luís, se aproximou do candidato Zé Reinaldo, quando este ainda não havia rompido com o grupo Sarney. Tal aproximação --consumada em um “comício das mulheres pela candidatura Zé Reinaldo”, realizado no centro de São Luís-- tinha por intuito facilitar a vitória de Zé Reinaldo e teria como contrapartida a indicação de um deputado federal para compor o governo Zé Reinaldo, facilitando a ida de Washington para a Câmara Federal. A manobra se realizou, mas foi desfeita mais tarde, devido ao acúmulo de denúncias contra o deputado que virou secretário, Remi Trinta do PP.

Em 2006 ocorreu o comício de Timon, em que o Presidente Lula expressamente pede votos à candidata Roseana, do então PFL, e que conta com a participação no palanque de Helena Heluy, Whashington Luís e Raimundo Monteiro, dentre outros. O restante do partido protesta junto ao público presente, com faixas e cartazes dizendo que o “PT do Maranhão não se rende à família Sarney”. Poucos dias depois, José Antonio Heluly, militante da CNB e filho da deputada Helena Heluy, apareceu no programa de TV da campanha de Roseana pedindo votos.

Durante o processo de cassação de Lago, esses setores do partido ora se tornaram omissos, ora torciam pela cassação em artigos de jornais e blog’s. O golpe infelizmente se consumou, com a conivência dos tribunais de Brasília. O governo Roseana começou imerso em um mar de cinismo por parte dos apoiadores, sobretudo do jornalismo de sarjeta do Sistema Mirante, e de lamentação para aqueles que acreditam que o Maranhão é um Estado e não um feudo.

A traição de “petistas” aos ideais do partido agora são recompensados com a nomeação para secretarias de governo. Um para José Antônio Heluy, e outro para indicação por Washington Luís. Difíceis tempos para nós que construímos um partido para mudar a sociedade brasileira, mas que agora assistimos a submissão de membros do mesmo às estratégias abjetas de reificação de um poder dinástico. ★

***Bruno Rogens** é militante da JPT de São Luís.

Colaboraram na matéria o Deputado Domingos Dutra, Presidente do PT-MA e Silvio Bembem, Secretário de Comunicação do PT-MA.

JUVENTUDE

A isso nos dedicamos

Rodrigo César*

No Brasil, na América Latina e no PT, as eleições 2010 terão repercussões estratégicas. Será o momento de confrontar oito anos de Governo Lula com a herança conservadora da história brasileira marcada pela desigualdade e dependência externa.

Para sairmos vitoriosos desta que não será uma mera disputa eleitoral uma tarefa é mobilizar a juventude em torno de mudanças estruturais, bem como travar a disputa ideológica neste setor da população.

A JPT deve desde já se preparar para enfrentar este desafio, que passa por (a) combater a crise, (b) elaborar um programa para a juventude, (c) organizar os jovens petistas na frente institucional e (d) lançar candidaturas jovens.

Para a primeira tarefa devemos impulsionar uma grande campanha nacional, articulada com as juventudes dos movimentos sociais e movimentos juvenis, para enfrentar a onda de demissões e evitar que a classe trabalhadora, em especial os jovens, pague a conta desta crise, radicalizando a defesa de nossos direitos, pela manutenção dos empregos sem a redução de salários e sem benefícios para os patrões.

Para a segunda tarefa a JPT precisa conhecer de perto as diferentes realidades das juventudes existentes no país e integrar-se nas lutas dos movimentos juvenis. São fundamentais um balanço das políticas de juventude do Governo Lula e a articulação das juventudes organizadas do campo democrático-popular. Sobretudo, o programa do PT para a juventude deve estar articulado com as reformas estruturais do Estado e uma estratégia que combine nossa ação de governo com a luta pelo socialismo.

Sobre a terceira tarefa, o PT e os governos que participamos só se constituirão como referência dos jovens inserindo-os como prioridade de nossas ações institucionais e organizando a JPT para atuar tanto no executivo quanto no legislativo. Para preparar 2010 é importante construir opinião coletiva e propostas sobre o Conselho, a Secretaria e o Plano Nacional de Juventude e intervir na construção de um Sistema Nacional de Políticas de Juventude.

Quanto à quarta tarefa, se nosso partido quer dialogar e aumentar a influência entre a juventude, ajudar a organizá-la, disputá-la eleitoral e ideologicamente e apresentar um programa para a juventude e renovar suas figuras públicas, tem a obrigação de ter candidaturas de juventude nas próximas eleições.

A esse debate, entre outros, nos dedicamos na VII Conferência Nacional de Juventude da AE, reunida no último final de semana de abril de2009, em Salvador. ★

*Rodrigo César é coordenador de relações internacionais da JPT

Conferência Nacional da Articulação de Esquerda

PROGRAMAÇÃO

29 DE MAIO, SEXTA-FEIRA
15h Instalação da Conferência e reunião da direção nacional da AE
19h Abertura da XI Conferência, com um debate sobre: "O PT e a luta pelo socialismo no Brasil", com Iriny Lopes, Valter Pomar e Gilberto Carvalho. Coordenação: Angélica Fernandes

30 DE MAIO, SÁBADO
9h - 12h Debate sobre a conjuntura internacional e nacional, com Pinheiro (vice-governador do Ceará, da TM), Jilmar Tatto, Candido Vacarezza (a confirmar) e Markus Sokol. Coordenação: Múcio Magalhães
12h - 14h Almoço
14h - 17h Debate sobre o PT, com Joaquim Soriano (Democracia Socialista), Pedro (Esquerda Marxista), Maria do Rosário (a confirmar) e Gilney Amorin Viana. Coordenação: Marcelino Galo
17h30 - 20h Plenária dos delegados, para debater atuação nos movimentos sociais e na institucionalidade

31 DE MAIO, DOMINGO
9h - 13h Votação das emendas ao texto-base, escolha da candidatura à presidência nacional do PT, eleição da direção nacional da AE

Local: Hotel Pampas,
Av. Barão de Mauá, 71
São Bernardo do Campo

PT

pagina13_maio2009.indd 6 26/4/2009 22:58:53

SINDICAL

A Conferência foi um sucesso

*Expedito Solaney**

Como tática para o 10º Concut, a AE dialogará com as demais correntes que compõem a esquerda socialista da CUT, com vistas à preparação de um seminário capaz de reaglutinar este campo em torno de um programa e chapa únicos para o próximo Concut.

Entre os dias 3 a 5 de abril, em Recife-PE, realizou-se a VI Conferência Nacional Sindical da Articulação de Esquerda, com a presença de 55 delegados/as e mais de 30 observadores/as e suplentes, representando 10 Estados: AL, DF, ES, PE, PI, RS, RJ ,SE, SC, SP. Os estados do AP e BA realizaram conferências, mas não enviaram delegações.

Na abertura, após a execução do hino da Internacional Socialista, saudaram os mais de 120 militantes presentes representantes do PT, PCdoB e PCB; a CUT, a CTB e correntes internas da CUT. Falou pela direção estadual da AE-PE o deputado federal Fernando Nascimento e pela direção nacional o companheiro Múcio Magalhães, que além da saudação falou sobre a crise econômica e os trabalhadores.

No dia seguinte, após apresentação do texto-base, o debate de conjuntura foi norteado pela discussão da crise, suas conseqüências sobre a classe trabalhadora e a disputa política em curso em nosso país.

Para defender os interesses da classe trabalhadora diante dessa crise é preciso reafirmar as bandeiras históricas da CUT, da independência de classe, da democracia, da ampla solidariedade e da possibilidade construção do socialismo.

Sobre a conjuntura política, consideramos que o movimento sindical e a esquerda brasileira devem entrar com firmeza na disputa ideológica e de hegemonia, tendo na crise o seu epicentro e desfecho. A depender da nossa atuação podemos sair vitoriosos ou não desta disputa agora e em 2010. Para isso, Debatemos as emendas vindas dos estados ao texto base, aprovamos sua atualização, resoluções, moções e uma plataforma de lutas.

Criticamos firmemente a posição do governo Lula na reunião do G-20, que além de emprestar dinheiro publico ao FMI, ressuscita um moribundo, uma instituição criada para manter a miséria, a fome e o subdesenvolvimento de mais de 1/3 do planeta.

No que diz respeito à organização sindical da AE, reafirmamos nossas concepções de um sindicalismo classista, de luta e socialista. A defesa da CUT como ferramenta da classe trabalhadora. A disputa dos seus rumos passa pela nossa intervenção e crescimento. Definimos a defesa da proporcionalidade qualificada e o fim da clausula de barreira para a composição da direção da Central, confederação e federação. Mantivemos a formulação sobre os sindicatos: a defesa de construção de chapas oriundas de convenções cutistas; e nossa tática prioritária de alianças é construir chapas no campo cutista.

Manifestação da CUT em Brasília

Os informes dos estados dão conta de uma atuação positiva do setorial, da conquista de importantes sindicatos no último período, apontando para um crescimento. O que requer aprofundar a organicidade e formação. Neste sentido, definimos que os sindicalistas devem participar das jornadas de formação nos estados e em nível nacional, e em outro patamar construir com o coletivo nacional de formação uma grade direcionada aos sindicalistas.

Aprovamos publicar um manifesto sobre a crise, contendo a plataforma de lutas debatida e aprovada na conferência para ser à base da nossa intervenção nos CECUT's.

O balanço da coordenação, que pese as dificuldades de reunir e de um plano de acompanhamento do setorial em nível nacional, foi positivo. A lista sindical nacional tem sido um ferramenta importante de comunicação, o Jornal *Página 13* tem sido outra ferramenta importantíssima, que inclusive publicou um encarte sindical com a posição da coordenação nacional sindical na polêmica do ANDES x PROIFS. Elegemos entre outros setores a educação como prioridade de construção, além das tarefas que constam nas resoluções da VI conferência que serão publicadas integralmente.

Como tática para o 10º CONCUT, a AE dialogará com as demais correntes que compõem a esquerda socialista da CUT, incluindo agrupamentos regionais, independentes, lideranças etc., com vistas à preparação de um seminário capaz de reaglutinar este campo em torno de um programa e chapa únicos a serem apresentados no próximo Concut.

Por fim elegemos a nova coordenação sindical nacional, que será composta por uma Coordenação Executiva com os seguintes membros: Madalena Garcia (ES), Expedito Solaney (PE); Ismael Cesar (DF), Elivan Santos (PI), Silvio Aragusuku (SP), Claudiomiro Ambrósio (RS), e SE, que vai indicar o nome; e uma Coordenação Plena que se compõe com os membros da coordenação executiva mais: Lúcia Peixoto (PE), Geraldo Cândido (RJ), Elida Raquel (AL), Antonio Avelange (RS), Cleide (PI), Aldoir Kraemer (SC), Jandira Uehara (SP), mais uma indicação de cada um dos estados de AP, BA e SE.

Por fim, a nova coordenação nacional sindical se reuniu para dividir as tarefas aprovadas na conferência, sobretudo em relação aos CECUT's e o CONCUT. Orientamos que os membros da coordenação nacional sindical façam esforços para saírem delegados à XI conferencia Nacional da AE que se realizará São Bernardo do Campo - SP, de 29 a 31 de maio/09. ★

* **Expedito Solaney** é membro da Executiva Nacional da CUT

pagina13_maio2009.indd 7 26/4/2009 22:58:56

DEBATE

Esquerda reafirmada

A "nova ação estratégica" proposta ao Partido não responde aos nossos desafios presentes e futuros

Gabriel Lourenço e Danilo Vilela***

Tarso Genro e Vinicius Wu publicaram, no dia 10 de Março de 2009, um artigo no site nacional do Partido dos Trabalhadores intitulado "Esquerda renovada", tendo por objetivo apresentar, como transmite a mensagem de seu subtexto, "Subsídios para uma nova ação estratégica do PT".

Estamos certos de que, por ser uma estratégia que está sendo proposta ao PT e a todos nós, petistas, devemos nos posicionar. Contudo, não podemos nos esquecer de observar que Tarso Genro e Vinicius Wu alinham-se ao campo Mensagem ao Partido, que no seu conjunto reúne tendências internas do PT, entre as quais a Democracia Socialista.

Afirmamos que a estratégia proposta por eles traz possibilidades desastrosas para o Partido dos Trabalhadores. Está claro no artigo deles que os valores de "república" e "igualdade" devem nortear uma ação que não deixe as classes sociais em luta, mas sim que se unam em prol da "nação". Se construirmos um sentimento de "identidade nacional", havendo cooperação entre classes, dentro de uma "democracia substancial", chegaremos ao socialismo. Pronto, muito fácil.

Mantendo-se limitado aos marcos da produção capitalista, essa evolução ao socialismo não aconteceria livremente, necessitando-se, pois, de um Estado sólido, que regule o mercado, com o aproveitamento do seu "potencial positivo", prevenção dos "abusos" dos banqueiros e implementação de políticas que "aproximem as classes sociais". Fala-se, inclusive, de "interesses concretos (...) dos grupos e classes sociais, para as quais o crescimento econômico e a distribuição [de] renda são uma necessidade ou uma exigência".

A ausência de qualquer referência específica à classe trabalhadora, ou ainda às classes trabalhadoras, não pode, de maneira alguma, ser considerada por acaso. Essa omissão significa declarar uma opção política, ainda que processada inconscientemente. Afinal, é óbvio que crescimento econômico não é necessidade ou exigência apenas da classe trabalhadora; os capitalistas auferem muito mais lucros em momentos de crescimento, e um melhor nível de distribuição de renda aumenta a quantidade de pessoas com poder de consumo, sendo este necessário à própria realização cíclica de capital.

Aliás, e esse respeito um dos motivos por que seria necessária a "nova ação estratégica" para o PT, retomando o primeiro enunciado do trecho anterior, residiria nas "[...] ações de governo do Presidente Lula [que] vêm mudando, internamente, as classes e as relações entre os diversos segmentos sociais do país". Há muitas controvérsias a respeito do que Genro e Wu compreendem por classes sociais. Eles banalizam o conceito, confundindo classe social com os chamados "grupos de status", separados uns dos outros pelos seus níveis de renda, excluindo os antagonismos realmente existentes entre setores cuja principal diferença reside(ou, para nós, deveria residir) no lugar que ocupam num sistema de produção social historicamente determinado, na mesma medida em que permite igualá-los de acordo com critérios como os de renda, acesso a bens e grau de escolaridade. Põe-se, assim, a esfera da distribuição de mercadorias no centro da análise, como se estivesse separada da produção.

Por não mais compreenderem a natureza de uma sociedade fendida, dividida, partida em classes sociais, e a luta entre elas, expressa das mais variadas formas, essa estratégia linear baseada na progressão, nas conquistas graduais, enfim, na evolução social mediada por um Estado sólido, manifesta-se na crença de que existe uma divisão entre liberalismo político e liberalismo econômico.

Esquecem-se – ou, infelizmente, têm plena consciência disso - que com suas proposições recuperam, nada mais e nada menos, o liberalismo, tal como ele é, com ou sem adjetivações que lhe atribuam qualidades na pretensão ilusória de modificá-lo. Ao fazerem essa opção, Tarso Genro e Vinicius Wu traçam subsídios de uma estratégia para o Partido dos Trabalhadores não de disputa contra o projeto da burguesia; mas de disputa do próprio projeto dessa classe.

Assim, a "nova ação estratégica", proposta ao Partido dos Trabalhadores não responde aos nossos desafios presentes e futuros. A não ser, é claro, que se entenda nesse desafio a necessidade da mais absoluta corrosão de nosso programa. Parece ser o caso de Genro e Wu. Mas não é e nem deve ser o caso de um partido socialista como o PT. ★

* **Gabriel Lourenço** é militante do PT-SP;
****Danilo Vilela** é militante do PT-SE

Página 13

Cupom de Assinatura

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade: Estado: CEP:

Telefone: ( ) Celular: ( )

E-Mail:

Profissão:

Data: ___/___/___ Vencimento:___/___/___

CPF:

Enviar o cupom a/c de: Sirlei Augusta Chaves - Associação de Estudos Página 13
Rua Silveira Martins, 147, cj. 11, Centro - São Paulo-SP CEP 01019-000
ou para o e-mail:chaves.sirlei@gmail.com

Assinatura de Apoio: R$ 50,00

Pagamento através de depósito na conta do
Banco do Brasil Agência: 3321-9 Conta-corrente: 34.297-1 Rubens Alves da Silva

pagina13_maio2009.indd 8 26/4/2009 22:58:57

DEBATE

Inserir na produção

*Vinícius da Silva Cerqueira**

A Articulação de Esquerda sempre esteve inserida no movimento estudantil universitário, onde muitos dos seus quadros se formaram politicamente. Isso é facilmente verificável por nossa atuação em CA´s, DCE´s e na UNE e pela importância da organização juvenil na corrente.

A universidade é um espaço de natural efervescência de idéias, que se produzem na ciência, nas artes e na política. Há uma tendência cíclica às mobilizações estudantis incidirem na política nacional, como se comprova pelas passeatas, ocupações, greves e pelo peso que a UNE tem no país, organizando a luta articulada com os demais movimentos sociais, o que lhe leva a tornar-se alvo de ataques por parte da grande mídia.

Mas, além dessa formação humanística geral, as universidades formam técnicos que ocupam postos centrais na economia. Juristas, engenheiros, médicos, comunicólogos, professores, economistas, programadores, cientistas e uma gama de profissionais de alta qualificação são formados lá.

Com o desenvolvimento econômico do capitalismo, surge a necessidade de mais desses quadros serem formados, daí a crescente expansão do ensino superior – via universidades privadas no governo FHC e via universidades públicas no governo Lula.

A essa ampliação de formação profissional superior, soma-se um processo de proletarização desses profissionais. Há trinta anos, um engenheiro era, via de regra, um profissional liberal; hoje, a maior parte é contratada como empregados de grandes e médias empresas.

Esses profissionais possuem um grau intenso de qualificação e instrução, elevados salários, alta produtividade, mas são, antes de tudo, trabalhadores assalariados. Ao passo que assumem essa condição, fortalecem seus sindicatos, que ganham força devido à quantidade de trabalhadores filiados e pelo peso político e econômico dessas categorias.

Ocorre que muitos dos nossos quadros formados no ME concluem seus cursos superiores e não ingressam na economia real, não exercem o ofício pelo qual passaram anos estudando. Em vez de se integrarem à cadeia da produção da vida social, vão direto para assessorias parlamentares, de governos etc. Preferem participar de instâncias superestruturais, ao invés de marcharem para onde marcham a maioria da população e encontram-se as classes trabalhadoras.

Quem já organizou eleições em CA´s e DCE´s, elaborou um jornal, entrou em sala disputando opiniões ou disputou uma assembléia tem totais condições de ajudar na organização de um sindicato.

Juventude do PT no 50º Congresso da UNE

Se nossos dirigentes estudantis ingressassem na economia, teriam plena capacidade de organizar esses trabalhadores e dirigir os sindicatos. Além do que, exerceriam suas funções na estrutura econômica, base da produção social. Se somos materialistas, por que abdicamos de produzir o mundo em que vivemos?

Trata-se de categorias cujos sindicatos tem organização mais recente, diferente de outras como bancários, metalúrgicos, comerciários etc. que se organizam desde o início do século XX. Sindicatos de médicos, enfermeiros, programadores, engenheiros, químicos, veterinários ganham força ao passo que as forças produtivas se desenvolvem, a ciência e a tecnologia avançam.

Se o movimento sindical não consegue incorporar essas categorias, esses trabalhadores se diluirão no senso comum que diz que são todos profissionais de "classe média", onde estarão mais próximos da influência da classe dominante. É preciso organizá-los para que adquiram identidade de classe, se enxerguem enquanto trabalhadores assalariados e explorados que são.

Sem sindicatos fortes, serão organizados pela Folha de São Paulo, pela promessa de ascensão nas empresas, pela possibilidade de tornarem-se também empresários - possibilidade essa vendida para todos, mas só tornada real para alguns. E convenhamos: quem já organizou eleições em CA´s e DCE´s, elaborou um jornal, entrou em sala disputando opiniões ou disputou uma assembléia tem totais condições de ajudar na organização de um sindicato.

Outrossim, é fundamental que os indivíduos participem da cadeia produtiva, que desempenhem uma função na produção social, que sintam na pele aquilo que sentem os milhões de trabalhadores brasileiros.

Não seria melhor para o socialismo e para a revolução que nossos estudantes de comunicação, por exemplo, ao invés de virarem assessores, trabalhassem num jornal de verdade, dominando a técnica de elaboração de matérias, de horários, de divisão da redação, adquirindo condições de construir um jornal de esquerda, que transmita nossas opiniões e visões de mundo?

A formação do trabalhador é um espaço crucial para a dominação das classes proprietárias, incutindo-lhes, através da ideologia, o padrão de vida individualista burguês, o bom e velho "No Pain, No Gain: Work Hard". Disputar as idéias e as práticas dos trabalhadores deveria ser a tarefa primordial de um socialista.

Por isso, nossos quadros universitários deveriam priorizar o exercício de sua profissão, ocupando seu espaço na estrutura econômica e organizando suas categorias. Essa é melhor contribuição que podem dar ao socialismo, na medida em que enraízam o partido e fazem do PT uma ferramenta de luta da classe que vive do trabalho. ★

* **Vinícius da Silva Cerqueira** é militante do PT Bahia

pagina13_maio2009.indd 9 26/4/2009 22:58:57

Velhas práticas, novas decepções

*Luiz Legnãni**

Aposentados e pensionistas reivindicam quase que diariamente reajuste em seus proventos pagos pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Desde 1992, portanto há 17 anos, os benefícios de quem ganha mais de um salário mínimo só registram perdas salariais.

Este ano, ao comemorar o Dia Nacional dos Aposentados, no mês de janeiro, as entidades, mais uma vez, voltaram a realizar manifestações por diversos estados brasileiros. A principal reivindicação é a mudança na fórmula usada pelo Ministério da Previdência Social para reajustar os valores dos benefícios daqueles que recebem acima de um salário mínimo, já que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, o INPC, não acompanha o aumento dos principais gastos de um aposentado idoso com remédios, alimentação e contas como de água e de energia, sem citar outras despesas.

O reajuste do salário mínimo em 12%, garantiu um expressivo aumento real de 6,4% aos aposentados e pensionistas que ganham um salário mínimo (17,8 milhões), mas aos demais (por volta de 8 milhões), o índice ficou em apenas 5,92%.

Com o reajuste diferenciado, os aposentados e pensionistas não terão como continuar a arcar com os seus pesados encargos familiares. Muitos sustentam filhos e netos, milhares, inclusive desempregados pela crise econômica mundial que, também, atinge o Brasil.

Apesar dos recentes avanços conquistados no funcionamento do INSS, como o novo sistema de concessão de benefícios, que permite aposentar em meia-hora e a instalação de centenas de novas unidades, a Previdência Social Pública continua a ser atacada. A ela imputam a 'pecha' de deficitária, de restringir a capacidade do Estado de investir e exigir do Estado maior necessidade de aporte de recursos para honrar os benefícios de diversas naturezas.

Essa análise, superficial e discutível, simplória por seu foco estritamente financeiro, enaltece apenas o momento em que se encontra, em detrimento de outros aspectos cruciais como distribuição de renda. Com estes argumentos, agravados pela crise econômica que com certeza trará conseqüências na arrecadação de tributos e contribuições previdenciárias, é chegada a hora de um posicionamento firme sobre importantes projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional. Projetos que podem contribuir para amenizar as perdas dos aposentados e pensionistas e trazer o cumprimento efetivo de compromissos históricos assumidos com este importante segmento que sempre acreditou e apoiou o nosso Partido.

Temos de mobilizar e aprovar o projeto de lei 1/07. O PL dispõe sobre o valor do salário mínimo desde 2007 e estabelece políticas de sua valorização para os anos de 2008 a 2023, além de garantir o mesmo percentual de reajuste dos benefícios previdenciários com o salário mínimo.

Da mesma forma temos de mobilizar em favor do PL 4434/08, antes PLS 58, de autoria do senador Paulo Paim (PT/RS), já aprovado no Senado. Este projeto é uma bandeira histórica dos aposentados e pensionistas, que conseguiram mais de 1 milhão de assinaturas em apoio a sua tramitação. Sua aprovação possibilitará a recomposição de perdas históricas.

Devemos recordar de vários estudos estatísticos (IPEA, IBGE, entre outros) que demonstram a importância dos benefícios previdenciários para a manutenção da paz social no Brasil. Em muitos lares, os aposentados e pensionistas são a única fonte de recursos financeiros para prover o sustento de famílias inteiras.

Para os que criticam estes projetos de lei pelo lado do aumento da despesa é interessante lembrar que para determinados segmentos a despesa financeira não é levada em consideração. Assim tivemos a edição de várias medidas provisórias, como a MP 457/09 (parcelamento de débitos em 20 anos para que os municípios paguem as contribuições em atraso com a Previdência Social), anistia concedida as Entidades Filantrópicas pela MP 446/08 e as isenções para exportação agrícola.

Como podemos observar os desafios para se encontrar uma alternativa equilibrada, que controle os gastos da Previdência Social e garanta sua integridade, mas que, também, preserve o poder aquisitivo e os direitos consagrados dos trabalhadores e aposentados, são possíveis. Resta fazer a opção certa que, sem duvida alguma, é pelo resgate de compromissos históricos com quem já contribuiu pela riqueza do nosso País e que precisa, no momento, de maior necessidade, de uma vida digna e respeitosa. ★

Os desafios para se encontrar uma alternativa equilibrada, que controle os gastos da Previdência Social e garanta sua integridade, mas que, também, preserve o poder aquisitivo e os direitos consagrados dos trabalhadores e aposentados, são possíveis.

***Luiz Legnãni é** militante petista e integrante da Executiva da Confederação Brasileira dos Aposentados (Cobap)

pagina13_maio2009.indd 10 26/4/2009 22:58:58

Direito e cidadania na Era Digital

*Israel Bayma**

Em 2004, um morador de uma pequena comunidade rural, com um pouco mais de 50 famílias, do pobre município de Paulino Neves, no litoral do Maranhão, ouvia, pela Rádio Nacional OM, em seu radinho de pilha, único meio de comunicação na localidade, o lançamento do Programa "Luz para Todos" (PLT) e sonhava em ver, pela primeira vez, luz elétrica. Poucos dias depois, as 30 crianças da única escola da sua comunidade, à noite, já podiam assistir aulas com luz elétrica, e acessar a Internet pelo computador da sua escola, por meio de um sistema de energia solar do PLT.

Este relato, verídico, testifica a premência de se eleger alguns temas centrais de políticas públicas eficazes para o desenvolvimento da cidadania em um país pobre como o nosso: a universalização da energia elétrica, por meio do PLT; o acesso universal à Internet em banda larga, dentro do Programa Banda Larga nas Escolas; o Programa Computador para Todos e a Democratização dos Meios de Comunicação.

Hoje, se pode até comemorar os avanços de algumas dessas políticas, mas ainda falta muito para ser feito. Vejamos.

Em 2008, uma nova política pública determinou que, até 2010, das 175 mil escolas públicas, 55 mil escolas urbanas tenham, cada uma, um laboratório de informática com, no mínimo, 10 microcomputadores com acesso gratuito à Internet de, pelo menos, 1 Mbps. 40% das escolas foram atendidas em 2008; os outros 40% até fins de 2009, para que em dezembro de 2010, não mais tarde que isso, todas estejam ligadas à WEB. Será investido R$ 1,2 bilhão, especialmente nos 3,2 mil pequenos municípios que ainda acessam a Internet por linha discada. Já foram adquiridos 26 mil laboratórios; inclusive, para duas escolas urbanas de Paulino Neves.

No meio da débâcle da economia capitalista que assola, basicamente, os países ocidentais, o Fórum Econômico Mundial atribuiu ao Brasil a 59ª posição no ranking do seu Relatório Global da Tecnologia da Informação 2008-2009. Isto deve ser verdade. Em 2007, dos mais de 56 milhões de domicílios brasileiros só 11,4 milhões possuíam microcomputador com conexão na Internet e, embora já se tenha alcançado mais de 152 milhões de assinantes de celular, quase 1/3 dos lares brasileiros não têm sequer telefone fixo e apenas 17,8 milhões dos domicílios contam somente com o celular. Existem ainda dois mil municípios no Brasil que não têm cobertura da telefonia móvel e só vão ter em 2010. O Governo Federal, mesmo sem ter um plano nacional de banda larga, deu um passo importante ao estabelecer, em 2008, obrigações e metas para que as concessionárias de telefonia levem banda larga em seu backhauls a todos os municípios brasileiros, ficando, também, obrigadas a interiorizar ainda mais os serviços públicos de telefonia fixa.

O Governo Federal, mesmo sem um plano nacional de banda larga, deu um passo importante ao estabelecer, em 2008, metas para que as concessionárias de telefonia levem banda larga a todos os municípios brasileiros, ficando, também, obrigadas a interiorizar ainda mais os serviços públicos de telefonia.

Com uma política adequada de desoneração fiscal, a partir do Programa Computador para Todos, só em 2007 foram vendidos mais de 2,5 milhões de microcomputadores com preço em torno de R$ 700,00, de um total de 9,1 milhões de PCs e 1,5 milhão de notebooks. E, em 2008, comemorou-se a comercialização de 11,8 milhões PCs sendo 3,2 milhões só de notebooks.

É absolutamente impressionante saber que até 2004 havia mais de 12,5 milhões de pessoas e 29 mil escolas sem energia elétrica no Brasil, a maioria no Norte e Nordeste. Em contrapartida, até hoje o LPT já investiu R$ 7 bilhões e atendeu a 8,2 milhões de pessoas, as quais passaram a usar geladeira, poder assistir à televisão aberta, ou mesmo desenvolver alguma atividade produtiva. Este ano, as comunidades isoladas da Amazônia, sem energia, poderão ser servidas por fontes alternativas renováveis como biomassa, solar, eólica e hidrelétrica, e outras provenientes de micros e pequenas hidrelétricas. Mas ainda há milhares de famílias sem energia elétrica.

No campo da democratização dos meios de comunicação, neste ano deverão ser realizadas as primeiras conferências estaduais e a 1ª conferência nacional de comunicação. Governos, gestores públicos, especialistas, indústrias, empresas de radiodifusão e de telecomunicações, universidades e sociedade civil estarão amplamente mobilizadas para os debates que deverão versar em torno de uma importante política pública cujo tema será direito e cidadania da era digital. A expectativa é de que a partir daí sejam anunciadas políticas públicas que apontem na superação da dura realidade, por exemplo, dos cidadãos de municípios como Paulino Neves, no Maranhão que, além de não terem energia elétrica, não têm cobertura de sinal de televisão aberta; nem têm telefone fixo em suas residências, não têm microcomputador e, sequer, renda para adquirir um telefone celular pré-pago, ou mesmo poderem ouvir em seu radinho de pilha, uma rádio comunitária FM devidamente legalizada.

Mas uma coisa é certa: articulado com outros programas sociais, essa e outras políticas públicas serão tão eficazes quanto forem determinantes para o processo de inclusão social de milhões de brasileiros.

É crer para ver. ★

***Israel Bayma** é engenheiro eletricista/eletrônico. É filiado ao PT/DF

pagina13_maio2009.indd 11 26/4/2009 22:58:58

Cursos de julho de 2009

*Licio Lobo**

No período de 29 de junho a 19 de julho será realizado em São Paulo o **3° Curso Nacional de Formação da AE**, organizado em etapas semanais conforme detalhado na programação abaixo. O local do curso e os custos serão divulgados em breve.

Este 3º Curso será um momento importante para a consolidação do processo de construção de um sistema nacional de formação da tendência e estruturação da Escola de Quadros da AE.

Em relação ao curso anterior, mantivemos o essencial da Etapa I, destinada ao estudo da história da luta pelo socialismo, história do Brasil, história do PT, da AE e do governo Lula à luz do estudo das resoluções da X Conferência Nacional da AE. Esta etapa é básica e aberta à participação de todos/as militantes interessados, a partir da indicação das respectivas direções estaduais.

Foi incorporada uma etapa II destinada à introdução ao estudo de O Capital, que tem como pré-requisito o curso da Etapa I. Assim, participam da Etapa II, todos que tenham cursado a etapa I nos cursos anteriores e naquele que vai transcorrer em julho.

A Etapa III visa aprofundar o estudo do desenvolvimento do capitalismo na América Latina e no Brasil e tem como pré-requisito a Etapa II.

É importante que as direções estaduais pautem a indicação de companheiros/as para participarem do 3º Curso, de forma a potencializar o esforço de mobilização que tem caracterizado a construção da Jornada Nacional de Formação Política da AE desde fevereiro. Vamos ao estudo e à luta!

***Licio Lobo** é membro da DNAE

PROGRAMAÇÃO

ETAPA I, DE 29 DE JUNHO A 5 DE JULHO
Introdução às resoluções da X Conferência Nacional da AE

Dia 29/6 - segunda feira
Manhã – abertura, apresentação
Tarde - Estudo das Resoluções da X Conferência da AE - Socialismo/Estratégia/Bloco Histórico
Noite - História da Luta pelo Socialismo (HLPS) - o período 1848-1917

Dia 30/8 - terça feira
Manhã - HLPS, a Revolução Russa (1917-1991)
Tarde - HLPS, a Revolução Chinesa (1949-2008)
Noite - Cinema (filme sobre Che)

Dia 1/7 - quarta feira
Manhã - HLPS, a Revolução Cubana e as guerrilhas na Am. Latina (1959-2009)
Manhã - HLPS, o governo da Unidade Popular no Chile (1970-1973)
Tarde - HLPS, caracterização do momento atual da luta de classes, neoliberalismo e imperialismo

Dia 2/7 - quinta feira
Manhã - Estudo das Resoluções da X Conferência - A questão do Programa
Tarde - Estudo das Resoluções da X Conferência - A questão do Partido
Noite - Livre (Cinema)

Dia 3/7 - sexta feira
Manhã - História do Brasil (1500-1930)
Tarde - História do Brasil (1930 -1980)
Noite - História do PT (1980 -2009) e da AE (1993-2009)

Dia 4/7 - sábado
Manhã - Governo Lula, história
Tarde - Governo Lula, perspectivas
Noite - Livre (festa)

Dia 5/7 - domingo
Manhã - Oficina, debate sobre estruturação da Escola de Quadros da AE
Tarde – Avaliação, encerramento

ETAPA II, DE 6 DE JULHO A 12 DE JULHO
O capitalismo e "O Capital", de Karl Marx

Dia 6/7, segunda feira
Manhã – abertura, apresentação.
Tarde - panorama da conjuntura internacional, com ênfase na crise do capitalismo.

Dia 7/7, terça feira
Manhã e tarde – panorama do desenvolvimento histórico do capitalismo e das teorias a seu respeito
Dia 8/7, quarta feira
Manhã e tarde – estudo biográfico e bibliográfico do autor e da obra

Dia 9/7, quinta feira
Manhã e tarde – leitura dirigida de "O Capital"

Dia 10/7, sexta feira
Manhã e tarde – leitura dirigida de "O Capital"

Dia 11/7, sábado
Manhã e tarde – leitura dirigida de "O Capital"

Dia 12/7, domingo
Manhã - Oficina, debate sobre a estruturação da Escola de Quadros da AE Tarde - Avaliação

ETAPA III, DE 13 A 19 DE JULHO
Desenvolvimento do capitalismo na América Latina e no Brasil

Dia 13/7, segunda feira
Manhã – abertura e apresentação
Tarde - situação atual, panorama da conjuntura internacional, com ênfase na América Latina

Dia 14/7, terça feira
Manhã e Tarde - Modo de produção capitalista e história do continente latino-americano;

Dia 15/7, quarta feira
Manhã e Tarde - Desenvolvimento capitalista no Brasil: texto base "Um mundo a ganhar" de Wladimir Pomar

Dia 16/7, quinta feira
Manhã e Tarde - Desenvolvimento capitalista no Brasil: análise da formação social brasileira hoje

Dia 17/7, sexta feira
Manhã e Tarde - Programa e estratégia democrático popular e socialista nas condições da luta de classe no Brasil atual;

Dia 18/7, sábado
Manhã e Tarde - Análise crítica do governo Lula e propostas para o governo Dilma, à luz da estratégia;

Dia 19/7, domingo
Manhã - Oficina, debate sobre estruturação da Escola de Quadros da AE
Tarde – Avaliação

pagina13_maio2009.indd 12 26/4/2009 22:58:59